

## RELATO DE EXPERIÊNCIA: ESTRATÉGIAS PARA INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NO ENSINO SUPERIOR – CAMPUS GURUPI

Saturnina Soares Carvalho <sup>1</sup>, Suelene Soares Carvalho de Albuquerque <sup>2</sup>

<sup>1</sup> Especialista em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) – FAEL. e-mail: <saturnina.carvalho@ifto.edu.br>

<sup>2</sup> Graduanda em Letras Habilitação: Licenciatura em Língua Portuguesa e Respectivas Literaturas – UNOPAR. e-mail: suelene.albuquerque@ifto.edu.br>

**Resumo:** O objetivo deste trabalho é divulgar uma experiência que está sendo vivenciada pelas profissionais tradutoras e intérpretes da língua brasileira de sinais, durante a atuação em sala de aula com um aluno surdo ingressante em uma turma mista (alunos ouvintes) que atende aos preceitos da escola inclusiva, no curso de bacharelado em Engenharia Civil, do Campus Gurupi. Neste artigo busca-se apresentar as estratégias e os desafios que frequentemente surgem no dia a dia dos profissionais tradutores e intérpretes de libras, que precisam de desenvoltura para o ato interpretativo, bem como do trabalho conjunto com os docentes no repasse de orientações de metodologias adequadas, adaptações no material didático, apoio de materiais pedagógicos de acessibilidade para atendimento ao aluno. Em grande escala, o ambiente educacional não propicia o acesso ao aluno surdo, desconsiderando sua cultura e sua língua, isso ocorre desde sua entrada na instituição escolar até sua saída, esta realidade reflete na comunicação professor/aluno, Fernandes (2011. p.107), faz essa análise principalmente da dificuldade que a falta do uso de metodologia adequada gera para que o processo educacional, bem como de comunicação de fato aconteça. Ademais, serão expostos as estratégias adotadas pelas mesmas ao lidarem com a escassez de sinais para termos específicos da área, além de métodos para inclusão do aluno surdo no ensino superior.

**Palavras-chave:** educação inclusiva, ensino superior, libras, surdo.

### 1 INTRODUÇÃO

O contexto histórico - educacional e social dos surdos no Brasil traz uma cultura adversa. Os surdos de classes sociais com poucos recursos financeiros eram considerados como pessoas não-educáveis e, por esta razão excluídos e relegados à margem da sociedade, em contrapartida os surdos que advinham de famílias abastadas financeiramente tinham, acesso aos espaços educacionais com boa qualidade de ensino. Frasson, Pietrochinski e Schumesitter ( 2008, p. 3) comenta sobre a inclusão de surdos na sociedade:

Os deficientes auditivos, desde os primórdios da civilização, trazem em suas histórias de vida um emaranhado de situações no que diz respeito aos aspectos sociais, educacionais e culturais. Cercados de preconceitos, visto serem considerados pela sociedade como indivíduos com uma inferioridade de inteligência, imbecis, doentes, incapazes e não educáveis, foram colocados em situação de desvantagem, ocupando no imaginário coletivo a posição de alvo de caridade, de assistência social, e não de sujeitos com direitos e deveres de cidadão.

Correspondente a essa herança cultural adversa, a prática educacional adequada e que satisfaça as especificidades linguísticas do surdo configura-se ainda hoje um processo ambíguo. Apesar disto, estamos vivenciando um momento em que temas relacionados a educação inclusiva tem ganhado cada vez mais espaço e força, ainda assim é notório a existência de um número pouco expressivo em relação a pesquisas e estudos acerca do ingresso e da permanência do aluno surdo no ensino superior.

Ao analisarmos a trajetória escolar de um aluno surdo perceberemos, que a mesma na maioria das vezes está envolta em muitos desafios: falta de intérpretes de libras em sala de aula, poucas escolas bilíngues para que o surdo tenha acesso desde os primeiros anos e ocorra aquisição linguística entre outros, o resultado é alunos surdos que concluem o ensino médio que têm pouco ou nenhum domínio da sua própria língua, a Libras, e pouquíssima ou nenhuma compreensão da Língua Portuguesa. Essa realidade é ainda mais visível em cidades do interior, como acontece com o estado do Tocantins no município de Gurupi, onde se tem visto de perto essa situação. Atualmente o município conta com apenas 03 alunos surdos ingressos/cursando o ensino superior.

O Curso de Engenharia Civil do IFTO - *Campus* Gurupi, conforme o consta em seu Projeto Pedagógico, é ofertado de forma integral. O aluno surdo referência para nosso relato ingressou no curso por meio de vestibular ofertado, e como usuário da língua brasileira de sinais para comunicação, a instituição dispõe de 02 profissionais para realizar a tradução e interpretação de todas as aulas o que proporciona ao estudante o acesso à formação integral atingindo assim a inclusão da forma esperada. Frente a toda essa realidade, o presente trabalho nasce com o intuito de contribuir com as pesquisas sobre a temática, ampliando as discussões por meio da publicização das estratégias adotadas ao lidar com esses desafios, tendo como foco o trabalho desenvolvido pelas profissionais Tradutoras e Intérpretes de Libras, no campus Gurupi - IFTO. Espera-se que o relato dessa experiência possa contribuir ainda para implementação de ações políticas pedagógicas que preencha as necessidades educacionais reais dos surdos e favoreça um melhor processo de inclusão dos mesmos no ensino superior.

Para tanto, foi elencado o seguinte objetivo geral: Relatar a experiência que tem sido vivenciada pelas profissionais Tradutoras Intérpretes de Libras durante a atuação com aluno surdo no curso Bacharelado em Engenharia Civil, no âmbito do Campus Gurupi-IFTO. Como objetivos específicos destacam-se: Contextualizar as especificidades do profissional Tradutor Intérprete de Libras Educacional; Relatar a realidade inclusiva do aluno surdo no ensino superior; Apresentar os percalços encontrados durante atuação em sala de aula; Apresentar as estratégias desenvolvidas para o atendimento do aluno surdo e Promover reflexão para melhoria do processo inclusivo.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 ACERCA DO PROFISSIONAL TRADUTOR/INTÉRPRETE DE LIBRAS**

As modalidades de tradução-interpretação compreende intermediar um processo comunicacional entre ouvinte e surdos ou vice versa e também fazer a transição entre textos em português para a estrutura de libras e vice versa, - língua brasileira de sinais para português oral e/ou escrita, português para a língua de sinais visual-gestual e/ou escrita de sinais. Apesar de parecer algo relativamente simples, é um processo que exige uma abordagem linguística profunda. Comentando sobre este processo, Quadros (2002) diz :

O ato de interpretar torna-se ainda mais complexo, uma vez que envolve um ato cognitivo-linguístico, onde o tradutor/intérprete estará diante de indivíduos com intenções comunicativas específicas, fazendo uso de diferentes línguas. O intérprete processa a informação na língua-fonte e faz escolha lexicais, estruturais, semânticas e pragmáticas na língua alvo que devem se aproximar o mais apropriadamente possível da informação dada na língua-fonte.

O tradutor e intérprete de língua de sinais é um profissional com formação específica, com competência (conhecimento) e habilidades (técnica) para esta função. A formação exigida e regulamentada para o exercício legal da profissão está assegurada pela Lei 10.436/2002, pelo decreto 5.626/2005 e pela Lei 12.319/2010. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO), conta hoje com dois tipos de profissionais tradutores/intérpretes atuantes:

1. Nível “D”, admitidos por meio de seleção de Concurso Público de caráter efetivo, constituído de prova escrita composta por questões objetivas, de caráter eliminatório e classificatório, seguida de prova prática . Formação mínima exigida: i) Nível médio, com certificação de tradutor e intérprete de Libras / Língua Portuguesa, em cursos de educação profissional, de extensão universitária, de formação continuada ou de organizações da sociedade civil; ou (ii) Nível médio, com competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas, de maneira simultânea e consecutiva, e com aprovação em exame de proficiência promovido pelo Ministério da Educação.
2. Nível “E”, admitidos por meio de Processo Seletivo Simplificado de caráter temporário, a seleção de que trata este processo é realizada por meio de uma Prova de Desempenho em Libras que consiste em uma avaliação prática perante Banca Examinadora, com a finalidade de verificar os conhecimentos e a capacidade de tradução e interpretação de Libras/Língua Portuguesa, e vice-versa dividida em três etapas, a saber: 1ª Etapa - Apresentação pessoal e profissional em Libras; 2ª Etapa – Tradução/Interpretação de Língua Portuguesa para Libras; 3ª Etapa – Tradução/Interpretação de Libras para a Língua Portuguesa. Formação mínima exigida: a) Curso de graduação de bacharelado em Tradução e Interpretação, com

habilitação em Libras/Língua Portuguesa (nos termos do Decreto n.º 5.626/2005); ou b) Curso de graduação de licenciatura em Letras, com habilitação em Libras ou Libras/Língua Portuguesa; ou c) Curso de graduação em qualquer área com pós-graduação lato sensu (especialização) na área de Libras; ou d) Curso de graduação em qualquer área com certificado de proficiência na tradução e interpretação da Libras-Língua Portuguesa e Língua Portuguesa-Libras (Prolibras), comprovada por certificado obtido por meio de exame promovido pelo MEC, ou por Instituição de Ensino Superior credenciadas pelo MEC ou CEE, ou Instituições credenciadas por Secretarias Estaduais de Educação com os Centros de Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS). e) Curso de graduação em qualquer área com certificado de curso na área de Libras com carga horária mínima de 60 horas.

Ambos têm como atribuições: I - traduzir e interpretar da Língua Brasileira de Sinais - Libras, em sua modalidade sinalizada, para a Língua Portuguesa, na modalidade oral e escrita, e vice-versa, em sala de aula ou em outras atividades escolares/acadêmicas, intermediando a comunicação entre os estudantes surdos e ouvintes, incluindo professores, estudantes, técnicos administrativos, funcionários terceirizados e o público externo em geral; II - pesquisar e estudar conceitos acadêmicos, em parceria com o professor da sala de aula, que favoreçam a compreensão em Libras para os estudantes surdos; III - acompanhar estudantes em visitas técnicas, congressos, seminários, e similares inerentes às atividades do curso; IV - participar de formação ou reuniões pedagógicas quando solicitado; V - cumprir o horário que lhe for determinado pelo IFTO, nos turnos de funcionamento do campus de lotação, e executar com zelo, presteza, eficiência e probidade as tarefas que lhe forem confiadas; VI - exercer com pontualidade e assiduidade as atividades que visem à aprendizagem, à produção do conhecimento, à ampliação e à transmissão do saber e da cultura; VII - observar e cumprir as normas legais e regulamentares do IFTO; VIII - ser leal à instituição, zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público, manter conduta compatível com a moralidade administrativa e cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; IX - atender com presteza: a) ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas às protegidas por sigilo; b) às requisições para a defesa da Fazenda Pública.

Sobre a presença do intérprete em sala de aula e o uso de libras, no ensino fundamental, Lacerda (2003, p.128) comenta que apenas estes recursos não são garantias de êxito nas atividades pedagógicas, sugerindo maior atenção por parte das escolas, quanto a metodologia utilizada e currículo proposto, uma vez que, dependendo do tema ou da metodologia selecionada, o intérprete pouco pode fazer para favorecer a aprendizagem do aluno surdo. Sander (2003, p.129) enfatiza que:

Os intérpretes de língua de sinais que atuam em universidade deveriam ter, no

mínimo, uma formação superior, de preferência na área de atuação, além de um curso de tradução/interpretação de língua de sinais, este autor considera importante a formação acadêmica e o ambiente linguístico e cultural constante, pré-requisitos importantes e fundamentais para um intérprete de Libras qualificado.

O intérprete assume papel de mediador, sem a sua presença a comunicação fica impedida, embora ocasionalmente possa haver recursos compensatórios. No ensino superior, esses obstáculos são mais visíveis, dada a complexidade e especialização das diferentes áreas do conhecimento. Elas são percebidas no exercício da comunicação, no uso excessivo do alfabeto datilológico, na diferença entre o que o professor transmite e o que o intérprete traduz e na falta de sinais específicos para as diferentes áreas. Sua presença nas instituições de ensino superior não só ainda é limitada, diria até insuficiente como também gera discussões eminentemente ética. Segundo Martins (2007, p.178) : “os intérpretes vem procurando construir, a partir de sua inscrição na educação entre e com os surdos, seu lugar na triangulação - “professor ouvinte, Tils, e aluno surdo”- um espaço em que a própria tradução instaura”.

## **2.2 BREVE CONTEXTO ACERCA DA EDUCAÇÃO DE SURDOS**

Conceituamos o estudante surdo como sujeito que possui língua própria, a Libras, e compartilha do mesmo ambiente educacional com ouvintes, portanto, usuários da língua portuguesa. É necessário conhecer as especificidades linguísticas, educacionais e culturais relativas ao surdo para poder contribuir com a sua formação acadêmica, pois o pré julgamento é considerado a barreira mais difícil a ser enfrentada no processo de sua escolarização. Isto acontece na medida em que a sociedade obviamente se mantém afastada e pouco se esforça para se comunicar e estabelecer a interação social com o surdo (Valentini; Bisol, 2012).

De forma que ao longo dos anos, pode-se observar que os surdos transpuseram grandes desafios pela afirmação da sua identidade, da comunidade surda, da sua língua e da sua cultura, até alcançarem o reconhecimento que tem hoje. Compreendemos que para entender a realidade educacional do surdo, é inevitável percorrer seu contexto histórico destacando as posições do oralismo e da comunicação total para chegarmos ao bilinguismo captando aspectos fundamentais desta construção, autores como Brito (1993), Sanches (1993), Sacks (1999), Thoma (2002), Perlin (2005), Skliar (2005), entre outros contribuem com êxito à temática.

No Brasil os primeiros registros de educação de surdos são do século XIX, quando D. Pedro II contratou o professor francês surdo Hernest Huet, para fundar o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), primeira escola de surdos do país. Segundo Felipe (2006) foi o professor Huet quem trouxe para o Brasil um “método combinado”, criado pelo abade L’Epee, educador francês que utilizava a língua de sinais para o ensino da fala. No final da década de 1970 começam então

movimentos na busca de redefinir a língua de sinais como primeira língua do surdo (L1) e a língua oral majoritária ser assim constituída como segunda língua (L2). Tomando como partido os Estudos dos Surdos e as novas políticas educacionais a discussão sobre educação de surdos no Brasil constatamos que a mesma tem avançado e se fixado na atualidade como uma provocação teórica e pedagógica. Skliar (2005, p.9) postula que : “ A temática da surdez, na atualidade, se configura como território de representações que não podem ser facilmente delimitados ou distribuídos em “modelos sobre a surdez”.

A educação ofertada aos surdos em nosso contexto educacional ainda é pautada por concepções que levam em conta o ensino de uma única língua, ou seja, da língua portuguesa (oral-auditiva), a partir do ensino da sua gramática. A Libras ainda é pouco valorizada nas escolas e em nossa sociedade, desfavorecendo o surdo em seu desenvolvimento social e desempenho acadêmico. Atrelado a isso, a falta de conhecimento e domínio de sua língua dificulta a interação nos mais variados contextos sociais (SKLIAR, 2013). Embora ainda exista uma distância significativa das condições reais e das condições desejadas para a efetiva participação dos alunos surdos na escola bem como no Ensino Superior pois, nesse aspecto não há distinção, desde meados do século passado como resultado dos movimentos sociais de diferentes grupos, a sociedade vem tornando-se progressivamente inclusiva ( Omote, 2004). Nesse sentido, compartilhamos o mesmo pensamento do psiquiatra surdo norueguês Terje Basilier, citado por Ferreira Brito (1993, p. 75):

Quando eu aceito a língua de outra pessoa, eu aceitei a pessoa. Quando eu rejeito a língua, eu rejeitei a pessoa, porque a língua é parte de nós mesmos. Quando eu aceito a língua de sinais, eu aceito o surdo, e é importante ter sempre em mente que o surdo tem o direito de ser surdo.

Numa perspectiva de inclusão como resolução do sistema educacional brasileiro o MEC tem trabalhado para garantir uma série de recursos que contemplem essa parcela da população. Um marco significativo para políticas públicas inclusivas no Ensino Superior ocorreu em 2005, com o lançamento do “INCLUIR” – Programa de Acessibilidade na Educação Superior, que se encontra vigente até o momento. De acordo com a página oficial do programa no MEC:

O Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir) propõe ações que garantem o acesso pleno de pessoas com deficiência às instituições federais de ensino superior (Ifes). O Incluir tem como principal objetivo fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas Ifes, os quais respondem pela organização de ações institucionais que garantam a integração de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação (BRASIL, 2014).

Considerando dados do Censo Escolar, divulgado pelo MEC em 2016 o Brasil possui, na educação básica, 21.987 estudantes surdos, 32.121 com deficiência auditiva e 328 alunos com surdocegueira. No Ensino Superior do país os dados são de 2013, dos 29.034 alunos que declararam ter algum tipo de deficiência no ingresso à graduação, 1.448 se reconhecem como surdos e 7.037 com deficiência auditiva. Dos 420 alunos surdos que frequentam instituições públicas de Ensino Superior, 336 estão em faculdades federais, 34 em estaduais e 50 em faculdades municipais. Dos 1.538 com deficiência auditiva, 1.186 estão nas instituições federais, 239 nas estaduais e 113 nas municipais. Em faculdades privadas, frequentam 1.068 surdos e 5.499 com deficiência auditiva. É digno de nota que há maior número de alunos que se declararam com deficiência auditiva em todas as instituições. É importante também ressaltar que, do total de alunos que se declararam com deficiência no Ensino Superior, os surdos correspondem a 5,12% (INEP, 2014). Nos últimos anos na região do Tocantins, a percepção dos estudantes surdos em relação a este nível de ensino, o Superior, e sobre as condições que lhes são oferecidas nas instituições com o fim de garantir seu acesso e sua permanência tem ganhado força significativamente.

### **3 MATERIAIS E MÉTODOS**

De modo geral, todo jovem ao ingressar em um ambiente universitário têm à sua frente algo novo e de certa forma desafiador. Ocorre um período de adaptação à vida acadêmica, e as responsabilidades advindas dela. Em muitos casos, os ingressantes no ensino superior trazem consigo lacunas no aprendizado, condições de estudo inadequadas, falta de habilidades lógicas, situações essas que acabam tendo grande impacto no seu desempenho acadêmico ( Sampaio, Santos, 2002).

Assim se dá também com os surdos, mas há de se considerar que para esses constitui-se uma desafio ainda maior. Ao ingressar no ensino superior o que de fato acontece é a inclusão de um sujeito surdo em um contexto ouvinte, ou seja, o ambiente é majoritariamente ouvinte o que torna o processo ainda mais complexo. Em um ambiente assim o surdo é quase como um “estrangeiro” no seu próprio país, pois é inevitável que ser surdo e se comunicar através da língua brasileira de sinais não fique evidente, já que são minoria os ouvintes que dominam a língua.

Posto isso, a figura do tradutor/intérprete de libras em sala de aula é de suma importância para que o decorrer deste processo se dê de forma mais tranquila e natural possível. Cientes do papel importante que o profissional tradutor/intérprete de libras têm frente a esta realidade, focalizaremos então no descrever quais estratégias foram/estão sendo utilizadas para que a inclusão do aluno surdo no ensino superior ocorra, tomando por objeto de relato o campus Gurupi, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins -IFTO.

#### **Inclusão ? O surdo em um contexto predominantemente ouvinte**

Como mencionado anteriormente, o aluno ingressou em uma turma de alunos ouvintes, sendo o único sujeito surdo em sala de aula e também na instituição. Situações como essa podem causar um sentimento de solidão no surdo. Uma estratégia adotada é promover a integração entre os alunos ouvintes e o surdo. Neste sentido, a mediação da comunicação realizada pelas Tradutoras Intérpretes de Libras, muitas vezes ultrapassa o contexto acadêmico ( aulas, eventos, visitas técnicas) e alcança as conversas entre os colegas com o aluno surdo, aproveitando essa oportunidade para disseminar ainda mais a libras através do ensino de sinais básicos aos colegas ouvintes do aluno surdo para que dessa forma eles consigam estabelecer uma comunicação e incluí-lo em atividades extraclasse como, por exemplo, de lazer.

Outro fator determinante neste sentido, é/foi a oferta da instituição de ensino, como componente curricular optativo, a disciplina de Língua Brasileira de Sinais - Libras. O fato de quase toda a turma incluindo o próprio aluno surdo ter optado por cursar a mesma, contribuiu significativamente para a interação/inclusão do aluno surdo em meio aos alunos ouvintes, as aulas costumam ser vistas pelo surdo como o “seu” momento, e vimos claramente como ele se sentiu mais à vontade para se expressar e até mesmo dispôs a ajudar os colegas no aprendizado do seu próprio idioma, além de é claro do seu próprio aprendizado da língua já que é recente o contato e o uso que faz dela.

### **Metodologia de Ensino Adequada**

A metodologia de ensino adequada para o aluno surdo também é essencial, isso significa levar em conta suas peculiaridades no tocante a apreensão e construção de conhecimentos. Vale ressaltar que a libras é uma língua viso-gestual, e por conta disso o surdo apreende o “mundo” totalmente de forma visual. Pensando nisso, através de reuniões e discussões com os docentes sugerimos a elaboração de aulas que explorasse ao máximo os recursos visuais, por exemplo, apresentações de slides, imagens, mapas conceituais, vídeos entre outras adaptações. Para que obtivessem sucesso nesta metodologia, propomos um trabalho de parceria, onde os docentes nos disponibilizasse o conteúdo que seria ministrado, dessa forma podemos nos preparar com antecedência e, assim, atuar melhor durante a tradução/interpretação bem como sugerir adaptações para um melhor aprendizado do aluno, além disto foi proposto um momento para formação dos docentes no tocante à essas metodologias adequadas ao ensino para o aluno surdo.

## O desafio da escrita e leitura na Língua Portuguesa

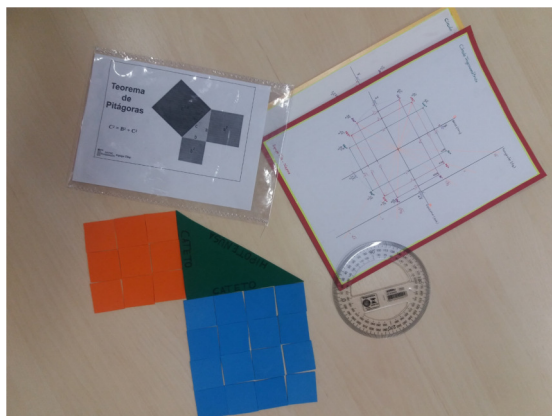
É certo que em sua trajetória escolar no ensino fundamental e médio o aluno enfrentou barreiras ao ser “ obrigado” a acompanhar um currículo elaborado e focado nos ouvintes, e como acontece com a maioria dos surdos que frequentam escolas regulares assim, a alfabetização/letramento não acontece na língua portuguesa e nem mesmo na língua de sinais. Dentro da universidade o surdo apresenta então as heranças dessa trajetória escolar falha, com dificuldades na leitura e escrita da língua portuguesa. E como sabemos, o contexto acadêmico exige muita leitura e também escrita de artigos, trabalhos, relatórios, e inclusive para sua aprovação ao final do curso é exigido a elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso. Um dos mecanismos adotados para contornar essa defasagem presente na trajetória escolar do aluno surdo, foi o atendimento ao aluno em contraturno com foco no ensino da língua portuguesa para o mesmo.

O atendimento é realizado em sala do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas - Napne, que é um espaço ofertado pela instituição como núcleo de apoio e que tem por objetivo dar suporte aos alunos que tenham alguma necessidade específica além de elaborar estratégias que garantam o acesso e a permanência destes alunos, o núcleo conta com uma equipe multiprofissional e oferece materiais pedagógicos que podem ser utilizados durante o atendimento ao aluno, como pode ser visto nas imagens abaixo:

Foto 01- Intérprete de Libras faz uso do Material Dourado, para ensinar conceitos e processo para efetuar cálculos básicos de natureza matemática utilizando divisão, subtração, multiplicação e soma.



Foto 02 - Material Didático-Pedagógico confeccionado pela Intérpretes de Libras, para auxílio no aprendizado do aluno em relação ao Teorema de Pitágora.



Fontes: Acervo pessoal das autoras, 2018.

O acesso em relação ao conteúdo escrito na lousa, por parte do aluno surdo também é uma outra particularidade que devemos nos atentar, isso porque o aluno tem de olhar para o intérprete enquanto ele sinaliza o que o professor fala, então não tem como ao mesmo tempo ele realizar a escrita ou mesmo anotações sobre o assunto da aula, enquanto que os alunos ouvintes fazem anotações e escrevem o conteúdo que é passado no quadro normalmente ao mesmo tempo que ouve o que o professor fala. Mesmo que o intérprete realize uma tradução simultânea, em atividades como esta, o aluno surdo acaba ficando um pouco atrasado em relação ao seus colegas, por causa do tempo demandado para a tradução por parte do intérprete. Visando auxiliar o surdo para que ele tenha acesso ao conteúdo da sala, orientamos aos professores que não escrevam no quadro ao mesmo tempo que estão explicando, que ele opte ou por copiar todo o conteúdo no quadro e depois partir para a explicação ou explique e só então posteriormente, transcreva para o quadro. Sabemos também que a dinâmica em uma sala de aula do ensino superior é bem diferente do ensino básico, devido a isso, nos casos em que não é possível adotar esse mecanismo mencionado, orientamos ao aluno que tire fotos com seu aparelho eletrônico dos conteúdos transcritos no quadro e depois realize a escrita em seu próprio caderno, ademais quando o professor faz uso de slides para aulas expositivas o material é encaminhado para o email da turma, para que assim o aluno surdo consiga ter acesso.

Em relação aos mecanismos adotados para adaptação das provas ou avaliações escritas, foi desenvolvido em parceria com um projeto local do jornal “Oôloko”, a gravação em estúdio das avaliações/provas do aluno surdo. Utilizamos a mesma metodologia usada no último exame do ENEM, onde as provas foram ofertadas na modalidade vídeo-prova em

libras, e para que obtivéssemos sucesso nessa estratégia, foi necessário mais uma vez a parceria com os docentes na questão do envio das avaliações/provas a serem aplicadas, com antecedência para que pudéssemos estudar e realizar as melhores escolhas possíveis de léxicos e então traduzi-las obedecendo a estrutura e gramática da Libras e depois gravá-las. Após formatada, com inserção de slogan e palavras, figuras ou imagens, o aluno surdo realiza sua avaliação/prova em sala com auxílio de um dispositivo eletrônico (tablet) disponibilizado pelo Napne, como podemos visualizar nas imagens a seguir:

Foto 03 - Vídeo-prova em Libras.



Foto 03- Aluno surdo realiza vídeo-prova em libras com auxílio do tablet.



Fontes: Acervo pessoal das autoras, 2018.

Além disso, conforme previsto em lei, para que o acesso das pessoas surdas à educação seja garantido, os mecanismos de avaliação devem ser coerentes com o aprendizado de segunda língua, na correção das provas escritas, valorizando o aspecto semântico e reconhecendo a singularidade lingüística manifestada no aspecto formal da Língua Portuguesa

(BRASIL, 2005). Dessa forma, orientamos e damos suporte na correção das respostas produzidas pelo aluno surdo, seja na forma escrita, ou registradas em vídeos.

### **Conteúdos a dominar x Termos técnicos da área**

O saber acadêmico está permeado por conteúdos complexos que são de suma importância para a formação do aluno surdo, sendo indispensável a aquisição de conhecimentos técnicos e científicos da área estudada. Porém, tais termos específicos se tornam um desafio para o profissional Intérprete no ato tradutório e na compreensão do aluno surdo, devido à escassez de léxicos na libras que representa e contemple esses termos. Para contornar esse desafio e preencher essas lacunas terminológicas pré-existentes, alguns mecanismos são comumente usados pelo profissional tradutor/intérprete de libras, como convencionar sinais em sala de aula juntamente com os surdos, realizar a datilologia do termo específico, apresentar imagens referentes ao termo para melhor compreensão do surdo em relação ao conceito do mesmo. Neste caso, como o trabalho de tradução/interpretação é realizado na modalidade revezamento de 20 em 20 minutos, adotamos a estratégia de que enquanto na posição de intérprete apoio, fazemos o registro por escrito das palavras ou termos que surgem durante a aula, num momento posterior realizamos pesquisas em busca da existência de um sinal em libras para o termo específico em sites, glossários, dicionários, manuais, grupos de profissionais intérpretes em rede social, de forma que ao esgotar todas essas fontes de pesquisa e assim constatar a inexistência de um sinal corresponde na libras, tomamos a liberdade de convencionar um sinal com o próprio aluno, explicando o conceito do léxico, e auxiliando o aluno surdo na criação um sinal que seja adequado e então passamos a usá-lo durante o ato tradutório.

Espera-se que com esse mesmo processo, futuramente, possa ser desenvolvido um projeto para elaboração de um Glossário de Termos Técnicos da Engenharia Civil, contribuindo assim para a formação de prospectivos alunos surdos na instituição.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Tomando por base de que este relato proposto consiste em expor uma experiência que está sendo vivenciada pelas profissionais tradutoras intérpretes de Libras frente ao aluno surdo, os resultados bem como as discussões referente a tal ainda passam por momento de construção e identificação. O aluno surdo tem ainda um longo caminho pela frente a trilhar, visto que, se encontra atualmente nos semestres iniciais do curso, portanto após aplicados os materiais e métodos descritos

na seção acima espera-se conseguir os melhores resultados possíveis além de apontar quais mecanismos precisam ser aperfeiçoados e alterados.

Considerando que esta situação têm-se repetido em muitas instituições, mas que muitas vezes a experiência nesses meios e quais as estratégias adotadas para a mesma não são documentadas e/ou relatadas, este fato também poderá estimular a produção de mais estudos/pesquisa, relatos de experiência e/ou relato de caso na área, visando promover e implementar mais ações e estratégias que contemplem as verdadeiras especificidades do aluno surdo ingressante no ensino superior.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Toda pesquisa é feita para ampliar o conhecimento, qualquer que seja a área de trabalho do pesquisador. Segundo José Filho (2006, p.64) “o ato de pesquisar traz em si a necessidade do diálogo com a realidade a qual se pretende investigar e com o diferente, um diálogo dotado de crítica, canalizador de momentos criativos”.

Respaladas pela experiência vivenciada e no relato descritivo objeto deste trabalho, ainda em processo de estudo, foi possível identificar aspectos positivos em relação à inclusão e permanência do aluno surdo no Curso de Engenharia Civil, bem como foi possível analisar de maneira mais abrangente políticas públicas e mediações de acesso ao ensino superior para outros surdos.

Através da mediação do intérprete, o aluno parece ter tido melhor acesso, se não de forma satisfatória pelo menos em parte, ao conhecimento científico, já que a área de formação das intérpretes e a área de atuação diferem, como consequência reforça -se a necessária cooperação entre educadores e as mesmas a fim de se obter conhecimento prévio do conteúdo científico a ser ministrado em sala de aula. Ainda sobre o papel enquanto mediadoras de conceitos científicos, fica implícito a necessária qualificação contínua. Direcionado à ação e postura diante do aluno e levando em conta seu contexto acadêmico, é urgente que os aspectos que formulam a inclusão sejam tidos como de fato o é - incluir - admitir suas diferenças e limitações, que no caso do surdo, implica admitir sua língua com sua respectiva maneira de construir conhecimento e pensamento assim como admitir sua cultura.

De forma que as reflexões feitas sobre o ingresso bem como a permanência deste aluno surdo na instituição de ensino (IFTO), transcende as barreiras da sala de aula. Recordamos que embora existam leis e políticas públicas que lhe garanta a plenitude do conhecimento e seu acesso se/ou somente este não lhe assegura a apropriação do conhecimento suficiente para uma profissionalização adequada, fazendo alusão a permanentes discussões e reflexões na busca de melhores condições de ensino para este aluno .

## **REFERÊNCIAS**

ANSAY, NOEMI NASCIMENTO. **A trajetória escolar de alunos surdos e a sua relação com a inclusão no ensino superior.** Dissertação (Mestrado em Educação). Curitiba, 2009.

BISOL, C.A *et al.* **Estudantes surdos no ensino superior: reflexões sobre a inclusão.** Cadernos de Pesquisa, v. 40, n. 139, p.147-172, 2010.

BRASIL, 2005. **Lei de Libras nº10.436 de 24 de abril de 2002.** Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm)

CECHINEL, L.C. **Inclusão do aluno surdo no ensino superior: um estudo do uso de Língua brasileira de sinais (LIBRAS) como meio de acesso ao conhecimento científico.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Vale do Itajaí, Centro de Ciência Humanas e da Comunicação, 2005

DAROQUE, S.C. **Alunos surdos no ensino superior: uma discussão necessária.** Dissertação (Mestrado em Educação). São Paulo, 2011.

DUARTE, E.R. *et al.* **Estudo de caso sobre a Inclusão de alunos com deficiência no Ensino Superior.** Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 19, n.2, p. 289-300, Abr.-Jun., 2013

FERNANDES, S. MOREIRA, L.C. **Políticas de educação bilíngue para surdos: o contexto brasileiro.** Educar em Revista, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 2/2014, p. 51-69. Editora UFPR

GERHARDT, T.E. SILVEIRA, D.T. (Org.) UAB/UFRGS; SEAD/UFRGS (Coord.) **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120 p. (Série Educação a Distância)

LACERDA, C.B.F ; SANTOS, L.F; CAETANO, J.F. **Estratégias metodológicas para o ensino de alunos surdos.** Coleção UAB - USFCar, 101, 2011.

MARCONCIN, L.I.R.P, *et all.* **O olhar do surdo: traduzindo as barreiras no ensino superior.** Ensaios pedagógicos. Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia das Faculdades OPET ISSN 2175-1773, 2013.

MARTINS, V.R.O. **Implicações e Conquistas da atuação do Intérprete de Língua de Sinais no Ensino Superior.** Revista ETD - Educação Temática Digital, Campinas, v.7, n.2, p.158-167, jun. 2006 – ISSN: 1676-2592

MOURA, A. F. **Acesso ao ensino superior : a expectativa do aluno surdo do ensino médio.** 2016. 107 f. Dissertação (Mestrado)–Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências, Bauru, 2016

PORTO, N.S.G. **A atuação dos Tils no processo de construção de sinais na área de conhecimentos das ciências exatas- qualificando o ensino dos surdos.** Caderno de Letras, nº 22, Jan-Jul - 2014 - ISSN 0102-9576

SAMPAIO, I.S.; SANTOS, A.A.A. **Leitura e redação entre universitários: avaliação de um programa de intervenção.** Psicologia em Estudo, Maringá, v. 7, n. 1, p. 31-38, jan./jun. 2002